



Economia solidária e isenção a templo estão na pauta do Plenário

Projeto que permite a estados isentar entidades beneficentes ou religiosas de pagamento de ICMS tramita em regime de urgência

O Plenário pode votar hoje projeto que cria o Sistema Nacional e a Política Nacional de Economia Solidária. Segundo o texto, caracterizam esse tipo de empreendimento a gestão democrática, a garantia de livre adesão, a distribuição dos resultados.

Os senadores também podem votar a prorrogação por 15 anos, contados a partir de 2017, da possibilidade de estados darem isenção, incentivo e benefício fiscal a templos e entidades beneficentes. Aprovado na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto chega ao Plenário em regime de urgência. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 19/11/2019

De manhã, Davi Alcolumbre vai comandar sessão do Congresso e, à tarde, preside Plenário do Senado

Congresso analisa hoje vetos e créditos

O Congresso Nacional terá reunião hoje, a partir das 11h, para concluir a votação de dois vetos presidenciais e analisar 24 projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano, no valor total de R\$ 22,8 bilhões. O primeiro item da pauta é o veto parcial que barrou pontos da minirreforma partidária e eleitoral sancionada em setembro. Outro veto invalidou a preferência a mulheres marisqueiras nas indenizações em caso de desastres ambientais.

Dos projetos de crédito, o de maior valor é o que destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar verbas a estados e municípios. **3**

Deputados começam a analisar texto da PEC Paralela aprovado no Senado

Foi recebida ontem pela Câmara a PEC Paralela da Previdência. A proposta permite que estados e municípios adotem em seus regimes próprios as mesmas regras definidas pela União para a aposentadoria dos servidores federais. O texto altera pontos da emenda constitucional da reforma da Previdência. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, lembrou que a PEC Paralela foi um dos acordos para assegurar a tramitação célere da reforma. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Paim (3º à dir.), que comandou a audiência, a medida deveria ser rejeitada pelo Congresso por haver pontos ilegais e inconstitucionais

Debatedores afirmam que Contrato Verde e Amarelo retira direitos

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos, convidados disseram que a desoneração da folha de pagamento determinada pela MP do Contrato Verde e Amarelo reduzirá os direitos dos trabalhadores. O governo afirma que a intenção da medida é criar empregos por meio de incentivos à contratação de jo-

vens entre 18 e 29 anos, de janeiro de 2020 a dezembro do ano seguinte. A MP concede isenções fiscais aos empregadores e modifica a legislação para estimular o primeiro emprego, com salário limitado a 1,5 mínimo por mês. Entre as mudanças, está a que cria contribuição previdenciária de 7,5% sobre seguro-desemprego. **3**

Comissão vai analisar hoje nova estrutura da carreira militar

Projeto de lei que reestrutura as carreiras e reforma o sistema previdenciário dos militares deve ser votado hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Com relatório favorável de Arolde de Oliveira, o texto cria o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, ao

qual os militares farão jus devido à sua dedicação exclusiva à carreira. O governo espera proporcionar um superavit de R\$ 2,29 bilhões aos cofres da União até 2022 com a aprovação, decorrente do aumento de receitas e da redução de despesas com o sistema de Previdência. **4**



Tasso, que relatou a reforma da Previdência, também exerce a função na PEC Paralela

Percentual de cacau em chocolate pode ser votado **2**

União deve ter R\$ 7 bilhões a mais em receitas em 2020 **2**

Jornalistas que checam fake news estarão em CPI **2**

Relator aumenta receitas da União em R\$ 7 bi para 2020

Segundo o relator, Zequinha Marinho, equipe econômica subestimou o total de dividendos que as estatais poderão repassar no ano que vem. Relatório preliminar deve ser votado hoje em comissão

O RELATOR DA receita na proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019), senador Zequinha Marinho (PSC-PA), elevou em R\$ 7 bilhões a estimativa das receitas totais da União. A medida abre espaço para aumentar despesas até o limite do teto de gastos. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar o parecer hoje.

Segundo o relator, a equipe econômica subestimou o total de dividendos que as estatais poderão repassar no próximo ano. Na versão do Poder Executivo, os dividendos foram estimados em R\$ 6,5 bilhões. Até novembro, porém, foram repassados R\$ 19,6 bilhões. Assim, para 2020 o relator avaliou que os dividendos podem chegar a R\$ 13,5 bilhões.

Ao encaminhar uma mudança na proposta orçamentária para 2020, a equipe econômica destacou que a soma das despesas fixadas havia ficado abaixo do limite constitucional.

“Em relação ao teto de gastos, foi possível apurar espaço não utilizado de R\$ 6,9 bilhões, o qual poderá ser empenhado



Marcos Oliveira/Agência Senado - 12/11/2019

Trecho sobre renúncias fiscais contraria LDO, diz o relator, Zequinha

caso o Congresso Nacional estabeleça fontes de receitas adicionais”, informa o governo.

O texto original do Executivo estimava as receitas totais em R\$ 3,680 trilhões. Com o ajuste proposto por Zequinha Marinho, o montante vai a R\$ 3,687 trilhões.

Já as despesas foram fixadas em R\$ 3,559 trilhões e ainda serão objeto de análise na CMO por 16 relatores setoriais e pelo relator-geral, deputado Domingos Neto (PSD-CE).

Zequinha destacou ainda que a proposta orçamentária enviada pelo Executivo contraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(Lei 13.898) para 2020 no trecho que trata de benefícios tributários e renúncias fiscais.

O texto prevê que os subsídios totais somarão R\$ 330,6 bilhões, o equivalente a 4,3% do produto interno bruto (PIB).

“A elevação nominal de R\$ 24,2 bilhões dos gastos tributários vai de encontro às diretrizes orçamentárias para 2020, que exigem o encaminhamento, pelo presidente da República, de plano de revisão dos benefícios tributários com redução anual equivalente a 0,5 ponto percentual do PIB até 2022”, aponta o relator.

Com Agência Câmara

Em sessão especial, Senado homenageia síndicos

O Dia do Síndico, em 30 de novembro, foi celebrado ontem em sessão especial do Senado a pedido de Izalci Lucas (PSDB-DF). O senador destacou a dedicação desses profissionais.

— O trabalho é árduo e demanda mais do que administrar. São tarefas que vão de obras estruturais até a solução de conflitos. É preciso ter, acima de tudo, paciência e sabedoria.

O presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (Abrassp), Paulo Roberto Melo, defendeu uma lei geral dos condomínios e a atualização do Código Civil que contemplem a profissão. O vice da Abrassp, Rodrigo Pontes ressaltou que os síndicos buscam a segurança, qualidade de vida e bem-estar dos moradores. Também pela associação, Hoto do

Rego Barros destacou a atuação em defesa do patrimônio e dos interesses dos condomínios e moradores.

A síndica profissional Tainá Fernandes disse estar emocionada com a sessão especial. Já a síndica Lucia Helena Caiafa destacou dificuldades enfrentadas no desempenho da atividade, mas disse que a tarefa é gratificante.



Entre representantes da categoria, Izalci (C) disse que é preciso paciência e sabedoria para exercer função

CPI ouve hoje jornalistas que desmascaram notícias falsas

A CPI Mista das Fake News ouve hoje, às 13h, jornalistas especializados em investigar a veracidade de publicações. A iniciativa dos convites foi tomada pelos deputados Dr. Leonardo (Solidariedade-MT), Luizianne Lins (PT-CE) e Lídice da Mata (PSB-BA), relatora da CPI.

Foram convidados Arnaldo César Ricci Jacob, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Natália Leal, da Agência Lupa; Tai Nalon, do Portal Aos Fatos; Thiago Reis, da seção Fato ou Fake, do Portal G1; e Gésio Passos, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Proposta estabelece percentual mínimo de cacau em chocolate

A Comissão de Fiscalização e Controle pode votar hoje, a partir das 11h30 substitutivo ao projeto que estabelece percentuais mínimos de cacau em chocolates (PL 1.769/2019).

Zequinha Marinho (PSC-PA), autor, destaca que o Brasil é o sexto maior produtor de cacau, sendo o Pará e a Bahia responsáveis por cerca de 90% da produção nacional.

O texto exige um percentual mínimo maior de cacau no chocolate amargo ou meio amargo, correspondente a 35% de sólidos totais de cacau, em comparação à exigência de 25% do atual regulamento da Anvisa. O projeto trata de conceitos, sanções e regras para os rótulos que identificam o percentual de chocolate nas embalagens dos produtos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CE Recursos para bolsas de estudo

9h Audiência com o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia. Às 10h30, pauta de 19 itens.

CRE Previdência militar

9h O PL 1.645/2019, que reestrutura a carreira e Previdência dos militares, é um dos 6 itens.

CAE Energia solar fotovoltaica

10h Audiência sobre cobrança de impostos sobre a geração de energia solar fotovoltaica.

CTEC Defesa do consumidor

10h Pauta de 14 itens. Às 14h, audiência para debater melhoria do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com base na legislação peruana.

DORINA NOWILL Entrega da comenda

10h Entrega da Comenda Dorina Nowill.

CI Portabilidade da conta de luz

11h Entre 23 itens, o PLS 232/2016, que trata da portabilidade da conta de luz.

CONGRESSO Vetos e créditos

11h Análise de destaques de vetos e de projetos de créditos orçamentários.

CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos

13h Representantes da Associação Brasileira de Imprensa, da Agência Lupa, do Portal Aos Fatos, do G1 e da Federação Nacional dos Jornalistas.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLC 137/2017, sobre a Política Nacional de Economia Solidária, abre a pauta.

CASPCD/CASDPI/CASDRAR Estudo

14h30 Audiência conjunta para apresentação de estudo do DataSenado.

CMO Relatório da Receita

14h30 Análise de relatório da receita apresentado ao PLN 22/2019, que trata da Lei Orçamentária de 2020.

MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal

14h30 Análise do relatório.

MP 901/2019 Terras para RO e AP

14h30 Audiência com a participação de representante do Incra, entre outros.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário analisa economia solidária e isenção a templo

Primeiro item da pauta é o projeto que cria parâmetros para empreendimentos classificados como economia solidária. Em seguida, está o texto que isenta de ICMS templos e entidades beneficentes

A PAUTA DO Plenário de hoje tem como primeiro item o projeto que cria o Sistema Nacional e a Política Nacional de Economia Solidária (PLC 137/2017). Entre os parâmetros que devem nortear esse tipo de empreendimento, estão a gestão democrática, a garantia de livre adesão, a prática de preços justos, a cooperação, a distribuição dos resultados, a transparência e a publicidade na gestão dos recursos. O relator é o senador Jaques Wagner (PT-BA).

O segundo item é o PLP

55/2019, que isenta templos religiosos e entidades beneficentes da cobrança de ICMS. O Plenário definiu o regime de urgência para o texto, que foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Irajá (PSD-TO). O texto prorroga por mais 15 anos, contados a partir de 2017, a possibilidade de os estados darem isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais a essas instituições, que havia sido extinto em dezembro de 2018.

Outro projeto é o que autoriza a transferência do dinheiro arrecadado com venda de veículos apreendidos em leilões também às secretarias estaduais de Segurança Pública (PLC 44/2018). Hoje esse recurso é destinado apenas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

Os senadores também poderão votar o projeto que proíbe a eliminação de cães, gatos e aves pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais (PLC 17/2017) e o que cria a identidade profissional do radialista (PLC 153/2017).

Três propostas de emenda à Constituição (PEC) também estão na pauta. Entre elas, a PEC 6/2018, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que está pronta para ser votada em primeiro turno. A PEC suprime a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, inclui a exceção para situações de apatridia e acrescenta a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.



Texto sobre economia solidária tem relatório favorável de Jaques Wagner

Convidados: Contrato Verde e Amarelo retira direitos

A desoneração da folha de pagamento determinada pela MP do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP 905/2019) reduzirá ainda mais os direitos dos trabalhadores, disseram ontem os participantes de audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo o governo, a MP visa criar empregos por meio de incentivos à contratação de jovens entre 18 e 29 anos, entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2022. A medida concede isenções fiscais aos empregadores e modifica a legislação para estimular o primeiro emprego (com salário limitado a 1,5 salário mínimo por mês). Entre as mudanças, está a que cria a contribuição previdenciária de 7,5% sobre o seguro-desemprego.

Para o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Clóvis Scherer, esse tipo de medida teve resultado muito limitado nos últimos anos, diante da grande renúncia fiscal. O assessor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Vanderley Maçaneiro lembrou que as desonerações da Lei 12.546, de 2011 foram inócuas.

A precarização do trabalho e a inexistência de uma política

de investimento em capacitação foram as principais críticas do diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores Luiz Gonzaga de Negreiros. Também criticaram a MP o secretário-executivo da Intersindical — Central da Classe Trabalhadora, Edson Índio, e o representante da Central Única dos Trabalhadores, Alexandre Ferraz.

Para Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência e foi um dos autores do pedido para realização do debate, a MP 905/2019 deveria ser rejeitada pelo Congresso.

— Porque há uma série de incompreensões, de inconstitucionalidades, de ilegalidades. Esperamos agora que ela [a comissão mista da MP] não seja nem instalada.

Estudos sobre a medida estão na pauta da reunião de líderes de hoje

Como a MP que cria o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo promove mudanças na legislação trabalhista, ela pode ser devolvida ao menos em parte ao Executivo pelo Congresso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pediu estudos técnicos e jurídicos para entender quais mudanças podem ferir a legislação, quais delas são de competência do Executivo e o que pode ou não ser alterado por meio de medida provisória.

A expectativa é que o parecer seja apresentado hoje. Esse será um dos temas da reunião de líderes partidários, também hoje.

— Já há entendimento dos líderes em relação à cobrança dos empregados que foram demitidos, do desconto do seguro-desemprego. Todos contra — explicou.

A MP 905/2019 foi publicada em 12 de novembro e recebeu 1.930 emendas. O prazo para emendas já foi encerrado e os partidos estão indicando os integrantes da comissão mista que vai analisar o texto. Na semana passada, a consultoria da Câmara dos Deputados divulgou uma nota técnica sobre as adequações orçamentária e financeira da proposta e apontou restrições em alguns pontos.

Congresso vota hoje vetos e projetos de créditos adicionais

O Congresso se reúne hoje, às 11h, para concluir a votação de dois vetos. Os parlamentares também devem votar 24 projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano, no valor total de R\$22,8 bilhões.

O primeiro item da pauta é o veto parcial que barrou alguns pontos do PL 5.029/2019, uma minirreforma partidária e eleitoral sancionada em setembro como Lei 13.877, de 2019.

Outro veto invalidou a preferência a mulheres marisqueiras nas indenizações em caso de desastres ambientais, prevista no PLC 47/2017, transformado na Lei 13.902, de 2019.

Dos projetos de crédito, o de maior valor é o PLN 50/2019, que destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional e assegura transferências a estados e municípios. O PLN 10/2019 abre crédito de R\$ 5,4 bilhões para a Petrobras Netherlands. O PLN 48/2019 abre crédito suplementar de R\$ 3,8 bilhões para órgãos do Executivo. Outros projetos beneficiam órgãos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, e as estatais Companhia Docas do ES e de SP, Infraero, Empresa Gerencial de Projetos Navais e Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis.

Juíza Selma diz que processo no TSE é perseguição

A senadora Juíza Selma (Podemos-MT) se defendeu da acusação de omitir gastos da campanha eleitoral de 2018. Ela considera o processo de cassação de mandato no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), marcado para hoje, uma perseguição política decorrente das suas sentenças proferidas quando era juíza em Mato Grosso.

Selma ressaltou que “pode até prever que o resultado não será positivo” devido aos interesses por traz dessa decisão. Mesmo assim, afirmou que ainda acredita na Justiça.



Waldemir Bornetv/Agência Senado

Styvenson critica indústria da seca em seu estado

Styvenson Valentim (Podemos-RN) criticou a persistência da indústria da seca no Rio Grande do Norte. Ele destacou que o uso de caminhões-pipa para abastecer dezenas de municípios não resolve o problema e serve para manter as pessoas dependentes. É comum, segundo ele, alguns prefeitos trocarem atendimento de carros-pipa por votos.

Ele anunciou que vai destinar R\$ 1 milhão em emenda orçamentária para a perfuração de poços nos estado, uma solução muito mais barata, na avaliação dele.



Waldemir Bornetv/Agência Senado

Política econômica aumenta pobreza, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) atacou a política econômica do governo federal. Ele apontou cortes no orçamento das áreas sociais e criticou a revogação de direitos trabalhistas e previdenciários. Para ele, são medidas que contribuem para a pobreza e as desigualdades sociais.

— O desemprego e a informalidade crescem, ao mesmo tempo em que o presidente Bolsonaro adota, por intermédio de seu ministro da Economia, esse pupilo de Augusto Pinochet, medidas para aprofundar ainda mais esse fosso social.



Waldemir Bornetv/Agência Senado

Reguffe: cobrança de tarifa básica penaliza o pobre

Reguffe (Podemos-DF) defendeu a aprovação de projeto de lei que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica e consumo mínimo de água, energia e telefonia. Para ele, a cobrança de assinatura básica por concessionárias de serviços públicos, mesmo sem qualquer utilização pelo consumidor, penaliza os mais pobres.

— É um roubo indireto que é feito em cima dos consumidores, principalmente os de baixa renda. E não vejo ninguém debater isso com seriedade.



Waldemir Bornetv/Agência Senado

PEC Paralela começa a tramitar na Câmara

Deputados analisam proposta que permite que estados e municípios adotem em seus regimes próprios as mesmas regras definidas pela União na reforma da Previdência

A CÂMARA DOS Deputados recebeu ontem a PEC Paralela da Previdência, aprovada pelo Senado em novembro. A proposta (PEC 133/2019) permite que estados, Distrito Federal e municípios adotem em seus regimes próprios as mesmas regras definidas pela União para a aposentadoria dos servidores federais. O texto altera pontos da Reforma da Previdência (PEC 6/2019), promulgada como Emenda Constitucional 103.

A PEC Paralela passará primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, responsável por analisar a admissibilidade. Depois o texto vai para uma comissão especial, que deve receber emendas e tem até 40 sessões para decidir sobre o mérito da proposição. Só aí ela segue para o Plenário, onde precisa passar por dois turnos de votação.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defende a aprovação da PEC pelos deputados. Na sessão de promulgação da Emenda Constitucional 103, Davi lembrou os acordos feitos para assegurar a tramitação célere da reforma da Previdência no Senado.

— A PEC Paralela, cujo maior impacto reside na questão previdenciária de estados e

municípios, permitiu a aprovação do texto principal sem demora, dando o necessário prazo para maior maturação dos termos do ajuste dos entes federados. Se aprovada como está, a PEC Paralela pode vir a poupar R\$ 350 bilhões, melhorando ainda mais o resultado fiscal do setor público. Mesmo que os deputados confirmem a versão dos senadores, alguns pontos da PEC Paralela podem demorar para entrar em vigor. É que a aplicação prática desses dispositivos depende de regulamentação.

Pela PEC Paralela, estados, Distrito Federal e municípios podem adotar em seus regimes próprios de Previdência as mesmas regras definidas pela União para a aposentadoria dos servidores federais. Mas isso depende da aprovação

de uma lei ordinária proposta pelo chefe do Poder Executivo local (governador ou prefeito). Entre os critérios que podem ser replicados, estão a idade mínima e o tempo de contribuição. Se um estado abraçar a legislação federal, a mesma regra será estendida aos respectivos municípios.






O senador Otto Alencar (PSD-BA) apresentou uma emenda para tentar aprimorar o mecanismo de inclusão de estados e municípios na reforma. Ele pretende substituir a “adoção integral das normas previdenciárias da União” por uma “delegação de competência”. Segundo ele, a medida traria “mais segurança jurídica” e respeitaria a autonomia das assembleias legislativas e câmaras municipais, que não seriam obrigadas a acatar inte-

gramente os critérios da União.


A emenda da reforma admite a definição de critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria de agentes penitenciários e socioeducativos, policiais legislativos (da Câmara e do Senado), rodoviários, ferroviários, federais e civis. A PEC Paralela estende essa previsão para peritos criminais e guardas municipais, além de oficiais e agentes de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A PEC admite a adoção de regras diferenciadas para a aposentadoria de policiais e bombeiros militares. Mas uma lei complementar específica de cada estado e do Distrito Federal deve dispor sobre a inatividade e a pensão desses trabalhadores.

Proposta

Principais pontos

-  Inclusão de estados e municípios
-  Cobrança de entidades filantrópicas
-  Cobrança do agronegócio exportador
-  Pensão por morte de pelo menos um salário mínimo
-  Aumento do percentual acrescido à pensão por dependentes menores de idade

Expectativa de economia com a reforma

 **R\$ 1 trilhão em 10 anos**



Davi defende a PEC paralela, que pode gerar economia de R\$ 350 bilhões

Marcos Oliveira/Agência Senado - 19/11/2019

Pensão

A Emenda Constitucional 103 proíbe a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro no âmbito do mesmo regime de previdência. A exceção é se o direito ao benefício houver sido adquirido antes de novembro, quando a reforma da Previdência entrou em vigor. A PEC Paralela amplia o rol de exceções para permitir a acumulação quando existir dependente com deficiência intelectual ou mental grave.

A mudança não depende de regulamentação.

A reforma da Previdência também limitou o valor da pensão por morte. Pela norma em vigor, a família teria direito a uma cota de 50%, mais 10% para cada dependente. A PEC Paralela amplia de 10% para 20% a cota extra para cada dependente menor de 18 anos. A regra não depende de regulamentação para entrar em vigor, mas pode ser alterada por uma lei que no futuro discipline o cálculo da pensão por morte.

Reestruturação da carreira e da Previdência de militares pode ser votada hoje

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne hoje, às 9h, e pode votar projeto de lei que reestrutura as carreiras e reforma o sistema previdenciário dos militares. O PL 1.645/2019 tem parecer favorável do relator, Arolde de Oliveira (PSD-RJ), sem mudanças no conteúdo, mas pode ser alterado pela comissão.

O texto cria o Adicional de Compensação de Disponi-

bilidade Militar, ao qual os militares farão jus devido à sua dedicação exclusiva à carreira. Esse adicional será um percentual do soldo, que crescerá de acordo com a patente, variando de 5% a 32%. Também reajusta o Adicional de Habilitação, que passa a ser incorporado ao soldo.

O projeto eleva a alíquota de contribuição e aumenta tanto o tempo mínimo de serviço

para a aposentadoria quanto o tempo de permanência em cada posto, além de reduzir o rol de dependentes e pensionistas.

O governo espera proporcionar um superavit de R\$ 2,29 bilhões aos cofres da União até 2022 com a aprovação do projeto, decorrente do aumento de receitas e da redução de despesas com o sistema de Previdência. O relator aponta

que os estados poderão ter uma economia ainda maior, uma vez que a proposta afeta policiais e bombeiros.

No entanto, militares de patentes mais baixas criticam o texto, afirmando que eles são contemplados de forma desigual em comparação com os oficiais graduados. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) apresentou duas emendas buscando reajustar a nova

configuração dos adicionais e corrigir o que ele chama de “distorções”. Elas foram entregues depois do relatório de Arolde de Oliveira, mas ainda podem ser incorporadas ao texto pela CRE.

Se for aprovado pela comissão, o texto irá em seguida para o Plenário. Se ele for modificado, precisará retornar para a Câmara dos Deputados, que terá a palavra final.

Eduardo Girão elogia Programa Criança Feliz

Eduardo Girão (Podemos-CE) comemorou ontem, em Plenário, a premiação conferida pela Fundação Catar ao Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania, que acompanha o desenvolvimento de gestantes e de mais de 817 mil crianças de até 6 anos, de famílias de baixa renda em todo o país, por meio de visita domiciliar, com base na premissa da dimensão integral da pessoa. Girão salientou que o Wise Awards é o maior prêmio do mundo na área de inovação em educação e a conquista mostra o bom cuidado que o governo dá às crianças e às famílias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Arns registra Dia da Pessoa com Deficiência

Flávio Arns (Rede-PR) lembrou ontem que a semana será marcada por atividades e reflexões acerca dos direitos e valorização da pessoa com deficiência, em razão do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado hoje.

O senador defendeu que o Congresso Nacional esteja atento para sugerir avanços na legislação

— Não podemos admitir qualquer recuo em qualquer área, temos que avançar. É a questão de medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, tratamento odontológico, acesso ao trabalho, acessibilidade e tecnologias assistivas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim lembra Dia Mundial de Luta contra a aids

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem em Plenário o Dia Mundial de Luta contra a Aids, em 1º de dezembro. Ele disse que este mês será dedicado a alertar para o tratamento e a prevenção da aids.

— A Unaiids constatou que mais da metade dos novos casos afetaram a população mais vulnerável ao HIV/aids, que são usuários de drogas, homossexuais, profissionais do sexo, pessoas trans e presidiários. Justamente os segmentos populacionais que não encontram, hoje, no governo federal, receptividade, atenção e respeito que merecem — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Izalci Lucas, decisão sobre FCO prejudica o DF

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou ontem que participaria de uma reunião do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel), na qual tentaria reverter a decisão que reduziu de 19% para 10% a cota do Distrito Federal do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O senador também quer alterar a obrigatoriedade de destinar para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que abrange 29 municípios goianos e 4 de Minas Gerais, metade dos recursos de que o DF dispõe. Para Izalci, a decisão prejudica os investimentos em atividades produtivas no Distrito Federal.